



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

APÊNDICE - ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO ELETRÔNICO (RDC) n.º **008/2023**
(Processo Administrativo n.º 23381.003949.2023-24)

Estudo Técnico Preliminar 24/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 23381.003949.2023-24

2. Introdução

2.1. Este documento tem por objetivo concretizar os estudos técnicos preliminares visando subsidiar à contratação de solução, mensurando os riscos, determinando as estratégias, fornecendo subsídios para a elaboração do Projeto Básico e, bem como, definir um plano de sustentação para a solução demandada.

2.2. O estudo, aqui apresentado, recai sobre a realização de licitação, com o intuito de proceder com a contratação de empresa especializada em engenharia para a execução de serviços de demolição e remoção de entulhos referente a alvenarias e estrutura antigas no âmbito da nova Sede Administrativa da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB, identificando e analisando os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização da Demanda - DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

2.3. REFERÊNCIA LEGAL

2.3.1. Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.

2.3.2. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

2.3.3. Lei n.º 12.462, de 4 de agosto de 2011, que Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, e dá outras providências;

2.3.4. Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007, que Cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI;

2.3.5. Instrução Normativa SG/SEDGGD/ME n.º 40, de 22 de maio de 2020, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

2.3.6. Decreto n.º 7.581, de 11 de outubro de 2011, que regulamenta o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, de que trata a Lei n.º 12.462, de 4 de agosto de 2011;

2.3.7. Decreto n.º 7.983, de 8 de abril de 2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências.

2.3.8. Decreto n.º 3.722, de 09 de janeiro de 2001, que regulamenta o art. 34 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

2.3.9. Decreto n.º 7.746, de 05 de junho de 2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública;

2.3.10. Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal;

2.3.11. Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

2.3.12. Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 02, de 11 de outubro de 2010, que estabelece normas para o funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG;

2.3.13. Instrução Normativa SEGES/MPOG n.º 02, de 6 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, no âmbito do Sistema de Serviços Gerais - SISG.

2.4. Tal estudo técnico preliminar contém as informações necessárias para atendimento às disposições do art. 7º, da Instrução Normativa ME/SEDGGD/SG n.º 40, de 22 de maio de 2020.

3. Descrição da necessidade

3.1. A contratação dos serviços, objeto da presente solicitação, visa atender às necessidades estratégicas do IFPB, e contemplará a unidade da Reitoria - IFPB.

3.2. O IFPB é uma instituição pública de ensino técnico e tecnológico sediada na Paraíba, Brasil. Foi criado pela Lei n.º 11.892/2008, que transformou os antigos

Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) em Institutos Federais. O IFPB tem o objetivo de oferecer educação profissional e tecnológica de qualidade, promovendo a formação de profissionais capacitados para o mercado de trabalho.

3.3. Em 2020 foi iniciada a construção da NOVA SEDE administrativa, com o intuito de trazer benefícios diretos e indiretos para toda a sociedade com melhorias significativas no atendimento ao público e no desempenho das atividades meio e fim da instituição. A NOVA SEDE instalada em localização privilegiada com facilidade de acesso a todos os públicos - internos e externos, contempla um projeto específico para uma instituição de ensino, que atende aos requisitos de acessibilidade, segurança, conforto e sustentabilidade que uma instituição como o Instituto Federal da Paraíba exige.

3.4. Diante do exposto, a contratação dos serviços objeto da presente solicitação se justifica considerando três fatores principais:

- i. Necessidade de Espaço Adequado: A demolição será necessária para liberar espaço suficiente para a adequada execução do projeto de construção da NOVA SEDE Administrativa, permitindo que a nova estrutura seja projetada de maneira a atender às necessidades específicas da Reitoria de forma mais eficaz;
- ii. Segurança e Condições Físicas: As estruturas antigas apresentam riscos à segurança devido ao desgaste, deterioração e problemas estruturais. A demolição permitirá a criação de um ambiente seguro para os funcionários da Reitoria, visitantes e todos que passarão a frequentar o local; e
- iii. Adequação às Novas Necessidades: A demolição das estruturas antigas oferecerá a oportunidade de dar cumprimento à adequada execução do projeto de construção da NOVA SEDE Administrativa se adaptando às necessidades atuais e futuras da Reitoria.

3.5. O projeto para construção da NOVA SEDE administrativa, requer a necessidade da demolição da antiga estrutura, a qual conta com um bloco, com três pavimentos.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Gerenciamento de Fiscalização de Obras de Engenharia	VINÍCIUS CABRAL DE MELO FILHO

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1. São requisitos essenciais à prestação dos serviços objeto da presente contratação:

5.1.1. Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro Projeto Básico.

5.1.2. Executar os serviços com presteza e qualidade técnica, entregando os produtos em concordância com os requisitos inerentes a cada atividade definida em contrato em especial, descrição das normas, dos serviços, das atribuições, das responsabilidades e dos Relatórios, e de acordo com o cronograma físico-financeiro constante da proposta.

5.1.3. Os serviços deverão ser executados com a utilização de técnicas e rotinas adequadas, e em estrita concordância e obediência às normas técnicas vigentes, em especial, Normas da ABNT; Legislação de acessibilidade; Código de Obras da Prefeitura Municipal em vigor do respectivo local de execução, bem como os Regulamentos do Corpo de Bombeiros Estadual e normativas do Ministério do Trabalho.

5.1.4. Reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificar defeitos, ou incorreções que forem detectadas durante a vigência do contrato, cuja responsabilidade lhe seja atribuível, exclusivamente.

5.1.5. A CONTRATADA deverá manter o quadro de pessoal técnico, operacional e administrativo qualificado e em número suficiente para a perfeita execução dos serviços contratuais assumidos, contando inclusive com um Responsável Técnico, inscrito em conselho de classe correspondente, com poder para deliberar e atender qualquer solicitação da Fiscalização do CONTRATANTE.

5.1.5.1. Eventual alteração do titular Responsável Técnico deverá ser comunicada de imediato ao CONTRATANTE, acompanhada de justificativa da necessidade da substituição, situação em que a empresa contratada deverá comprovar o novo responsável técnico, juntada a respectiva documentação comprobatória.

5.1.6. Garantir que a equipe técnica seja alocada de maneira a preservar a rigidez das disposições contidas no Projeto Básico, na proposta e no Cronograma, sem que exista qualquer incompatibilidade com demais projetos.

5.1.7. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a realização dos serviços contratados, sem que haja prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

5.1.8. Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais com formação, habilidades e conhecimentos mínimos previstos na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.1.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo, ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização e ao acompanhamento do CONTRATANTE.

5.1.10. Manter o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que a ela venham a ser confiados ou que venha a ter acesso em razão da prestação dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los, reproduzi-los ou deles dar conhecimento a quaisquer terceiros.

5.1.11. Assumir todos os encargos de possíveis demandas cíveis e penais relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

5.1.12. Não veicular publicidade ou quaisquer informações acerca das atividades objetos deste contrato, sem a prévia e expressa autorização do CONTRATANTE.

5.1.13. Responsabilizar-se, nos termos da legislação vigente, por todas as despesas, tais como tributos, mão de obra, licenças, alvarás, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, ou quaisquer outros custos relativos e indispensáveis à perfeita execução do objeto, inclusive o recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN ao Município do local da prestação do serviço, durante toda a execução contratual.

5.1.14. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.1.15. São requisitos de qualificação técnica:

5.1.15.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, consignados no instrumento convocatório, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

5.1.15.2. Possuir registro ou inscrição junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade;

5.1.16. Da justificativa acerca da natureza continuada do serviço:

5.1.16.1. A necessidade do objeto do presente estudo técnico preliminar, por si só, não se mostra como critério apto para ser caracterizado como um serviço de natureza contínua.

5.1.16.2. O objeto se enquadra como serviço de engenharia e arquitetura, já que é necessária a utilização de conhecimentos técnicos específicos, envolvendo a participação de profissionais habilitados, conforme o disposto na Lei Federal n.º 5.194/66. Logo, o serviço possui natureza não continuada, estando a presente contratação classificada com “de escopo”.

5.1.17. Critérios e práticas de sustentabilidade:

5.1.17.1. Priorizar soluções que minimizem o consumo de energia, como o uso de tecnologias mais eficientes e o design de sistemas com baixo consumo energético;

5.1.17.2. Promover o uso consciente de recursos naturais, buscando reduzir o desperdício e a extração excessiva de materiais;

5.1.17.3. Implementar práticas para reduzir, reutilizar e reciclar os resíduos gerados durante a execução do projeto, minimizando seu impacto no meio ambiente;

5.1.17.4. Identificar e proteger áreas de valor ecológico, mitigando o impacto das obras sobre a biodiversidade local;

5.1.17.5. Buscar soluções inovadoras e tecnologias mais limpas para a execução dos projetos, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa e outros poluentes;

5.1.17.6. Garantir condições de trabalho seguras e saudáveis para os trabalhadores envolvidos na execução do projeto;

5.1.17.7. Buscar certificações e seguir padrões reconhecidos de sustentabilidade, como LEED (Leadership in Energy and Environmental Design) e BREEAM (Building Research Establishment Environmental Assessment Method), quando aplicáveis ao projeto;

5.1.17.8. Realizar análises de ciclo de vida dos materiais utilizados nas obras, considerando a extração, produção, transporte, uso e disposição final dos materiais, para identificar oportunidades de redução de impactos; e

5.1.17.9. Realizar monitoramentos periódicos durante a execução da obra para avaliar e mitigar os impactos ambientais e sociais identificados.

5.1.18. Duração inicial do contrato de prestação de serviços

5.1.18.1. O contrato terá vigência pelo período de **5 (cinco) meses**, sendo prorrogável apenas na forma do art. 57, §1º da Lei nº 8.666, de 1993.

5.1.18.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro do corrente ano, para fins de inscrição em restos a pagar.

5.1.18.2. O prazo de execução do objeto é de **2 (dois) meses** cujas etapas observarão o cronograma a ser fixado no Projeto Básico.

5.1.18.3. Os prazos de execução e de vigência do contrato poderão ser prorrogados, com fundamento no art. 57, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993, mediante prévia apresentação de justificativas, autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste e da correspondente

adequação do cronograma físico-financeiro, formalizadas nos autos do processo administrativo.

5.1.18.4. As prorrogações dos prazos de execução e de vigência do contrato deverão ser promovidas por meio de prévia celebração de termo aditivo.

5.1.18.5. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, na forma dos itens acima, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente, por igual tempo, conforme preceitua o art. 79, § 5º, da Lei n.º 8.666/93, mediante prévio termo aditivo.

5.1.18.6. A prorrogação do prazo de execução da obra implica a prorrogação do prazo da vigência do contrato por igual período, exceto se houver dispositivo em sentido contrário no termo aditivo de prorrogação.

5.1.19. Quanto à necessidade da contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas:

5.1.19.1. A CONTRATADA deverá manter continuamente uma base de conhecimento com todas as informações de processos, atividades e tarefas referentes aos serviços, ocorrências de problemas, suas resoluções e lições aprendidas, tempo de resposta e resolução do problema.

5.1.19.1.1. Os projeto ou solução desenvolvida, exclusivamente para a obra poderá ser utilizada pela Contratante em outras obras da instituição, devidamente adaptadas ao contexto local.

5.1.19.2. Esta base de conhecimento deve estar acessível aos técnicos e gestores da CONTRATANTE.

6. Levantamento de Mercado

6.1. Neste tópico urge a importância de pesquisar e determinar as soluções capazes de atender satisfatoriamente os ambientes produtivos que gozam os diversos setores de atuação desta Autarquia – que estão alinhadas aos princípios e regras que regem a Administração.

6.2. Nossa investigação tem o condão de identificar empreendimentos possíveis de aproximar as contratações públicas da Administração às práticas adotadas pelo mercado, impondo inovações que se fundamentam no princípio da eficiência, imprimindo um uso racional dos recursos públicos.

6.3. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Assim, em pesquisa sobre o panorama do mercado, observou-se que, em matéria de soluções para a execução dos serviços de demolição de estrutura e remoção de entulhos, levando em consideração todos os requisitos exigidos por

normas para uma obra segura, econômica e eficaz, não foram observados maiores variações quanto à execução dos serviços no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa.

6.4. Quanto a disponibilidade de empresas aptas à execução dos serviços a serem contratados, a contratação dos serviços, objeto deste instrumento, se mostra perfeitamente possível haja vista, após busca parametrizada de fornecedores, constatar-se um quantitativo significativo de empresas aptas a prestação dos serviços, seja no âmbito do Estado da Paraíba, assim como no âmbito dos demais estados da federação.

6.5. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas à execução dos serviços a serem contratados, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

6.6. Para a contratação dos serviços objeto do presente estudo, tanto as empresas como os tomadores de serviços, e em especial a Administração Pública, efetivam a contratação de forma semelhante à que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais, normativas e editalícias.

6.7. Na contratação em análise, não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos serviços serem considerados comuns.

6.8. Dessa forma, podemos concluir que a referente solução proposta neste estudo é atual, pertinente ao problema apresentado, repetidamente testada e aprovada em âmbito público.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. A descrição da solução como um todo abrange a prestação dos serviços comuns de engenharia para a execução de serviços de demolição de estrutura e remoção de entulhos referente a alvenarias e estrutura antigas no âmbito da nova Sede Administrativa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB, em consonância com as condições discriminadas abaixo:

7.1.1. Uma vez efetivada a contratação, a licitante vencedora do certame, como CONTRATADA, deverá atender as obrigações técnicas dispostas a seguir:

7.1.1.2. Executar a obra, objeto do presente estudo técnico preliminar no local determinado pelo CONTRATANTE, bem como cumprir fielmente o Contrato de modo que, no prazo estabelecido, a obra seja entregue em perfeitas condições de uso e funcionamento;

7.1.1.3. Dar integral cumprimento às disposições estabelecidas no caderno de Especificações, à Planilha Orçamentária com formação de preços, ao Cronograma Físico-Financeiro, as respectivas Plantas do Projeto da obra e seus Memoriais Descritivos, e aos demais anexos;

7.1.1.4. Proceder a minucioso exame no local da obra, de todos os elementos constantes deste dos Projetos, Memoriais e Planilhas, de modo a verificar todas as condições, medidas, quantidades e técnicas necessárias ao desenvolvimento dos serviços, para a perfeita compreensão e execução da obra, dirimindo dúvidas junto à Fiscalização do CONTRATANTE;

7.1.1.5. Observar, na execução das obras e dos serviços, as Leis, os Regulamentos, as Posturas, inclusive de Segurança e Medicina do Trabalho, de Segurança Pública e de Proteção ao Meio Ambiente, bem como as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), das concessionárias de energia, água e telefonia, além das consagradas pelo uso;

7.1.1.6. Esclarecer junto à Fiscalização do CONTRATANTE quaisquer dúvidas nesse sentido, que possam causar descontinuidade dos serviços. Nestas condições, eventuais omissões e discrepâncias dos documentos técnicos não justificarão a não execução ou não fornecimento de material e ou serviço dentro de um bom padrão de qualidade;

7.1.1.7. Responsabilizar-se pela construção, operação, manutenção e segurança do canteiro de obras, vigilância, organização e manutenção do esquema de prevenção de incêndio, bem como esclarecer junto à Fiscalização do CONTRANTE quaisquer dúvidas nesse sentido, que possam causar descontinuidade dos serviços. Nestas condições, eventuais omissões e discrepâncias dos documentos técnicos não justificarão a não execução ou não fornecimento de material e ou serviço dentro de um bom padrão de qualidade;

7.1.1.8. Utilizar, na execução da obra, equipamentos, instalações, ferramentas, mão-de-obra e materiais novos e de qualidade comprovada;

7.1.1.9. Prever a execução de todos os serviços, bem como o fornecimento de todos os materiais necessários para a sua perfeita execução;

7.1.1.10. Apresentar os materiais a serem fornecidos e empregados na obra como de qualidade comprovada, novos e sem defeitos, devendo obedecer às normas e especificações prescritas nas normas da ABNT e do INMETRO, as condições e especificações do Projeto e do Memorial Descritivo, regulamentos das concessionárias, recomendações, prescrições normativas dos fabricantes e fornecedores de produtos, materiais e/ou serviços;

7.1.1.11. Submeter à Fiscalização do CONTRATANTE consulta sobre quaisquer alterações da especificação normativa e/ou do fabricante, produto ou marca especificada por parte da CONTRATADA, só podendo ser proposta por motivos relevantes de força maior, e serão admitidas após a apresentação das eventuais alternativas pela CONTRATADA. A indicação da marca dos materiais, produtos e equipamentos têm a finalidade única de garantir a qualidade, acabamento e especificação, podendo ser usados produtos de outras marcas, desde que estes obedeçam, no mínimo, aos padrões das citadas marcas e sejam aprovados pela Comissão de Fiscalização do CONTRATANTE.

7.1.1.12. Responsabilizar-se pela perfeita execução e completo acabamento dos serviços contratados, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar andamento conveniente dos trabalhos;

7.1.2. As descrições acima são uma referência mínima para execução dos serviços, devendo a contratada providenciar todas as demais ações que forem indispensáveis para a execução satisfatória do contrato, considerando-se a CONTRATADA como altamente especializada nos serviços em questão.

7.1.3. A CONTRATADA deverá prever em seus custos, todas as ferramentas, materiais, componentes, produtos, aparelhos de medições e de testes, necessários para a execução dos serviços, assumindo toda a responsabilidade pelo transporte, carga, descarga, armazenagem e guarda dos mesmos.

7.1.4. Os serviços deverão ser executados pela CONTRATADA nas condições estabelecidas no instrumento convocatório, fornecendo, mão de obra, componentes, materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços.

7.1.5. O projeto executivo, conforme o caso, será realizado concomitantemente com a execução dos serviços - art. 7º, §1º, Lei n.º 8.666/93 - e a cargo da CONTRATADA.

7.1.6. Nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração aos serviços descritos no instrumento convocatório e seus anexos. Todos os custos referentes aos serviços deverão estar incluídos nos preços unitários constantes da proposta.

7.2. Os serviços objeto do presente estudo deverão ser prestados dentro de elevados padrões de qualidade, com pessoal especializado, de acordo com as especificações dos fabricantes, normas técnicas, boa prática do mercado e legislação vigente sobre segurança do trabalho;

7.3. A empresa assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar de acordo com as presentes Normas de Execução, Instruções e demais documentos técnicos fornecidos, bem como pelos danos decorrentes da realização desses trabalhos.

7.4. Os serviços deverão ser executados em estrita e total observância às Normas Brasileiras e às indicações constantes dos projetos fornecidos pela CONTRATANTE. No caso de inexistência de normas brasileiras específicas, ou nos casos em que elas forem omissas, deverão ser obedecidas às prescrições estabelecidas pelas normas estrangeiras pertinentes.

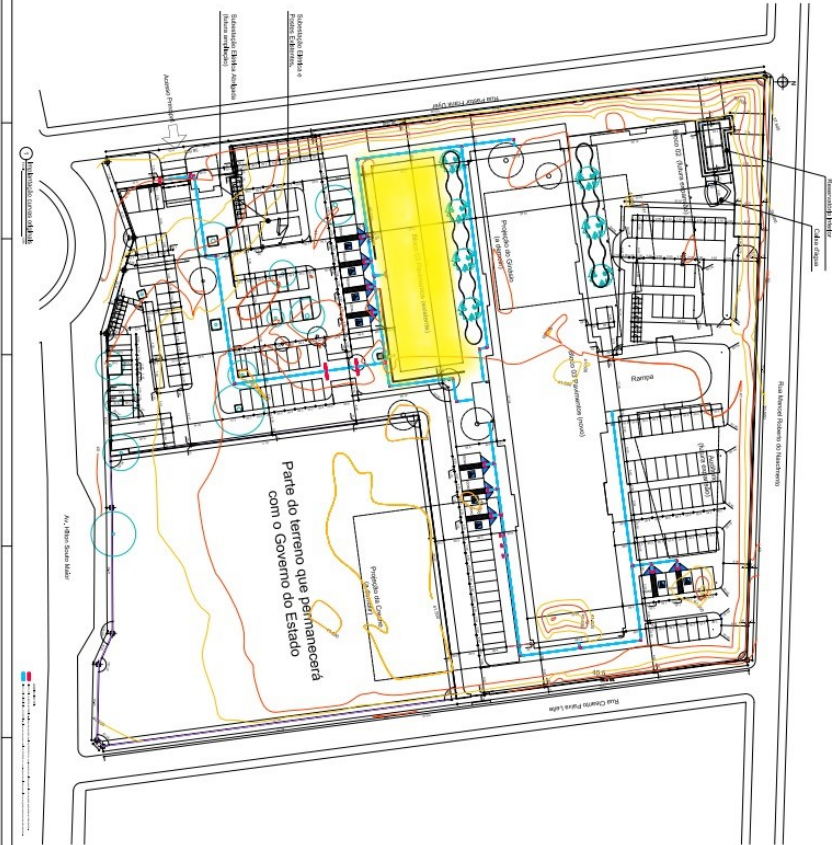
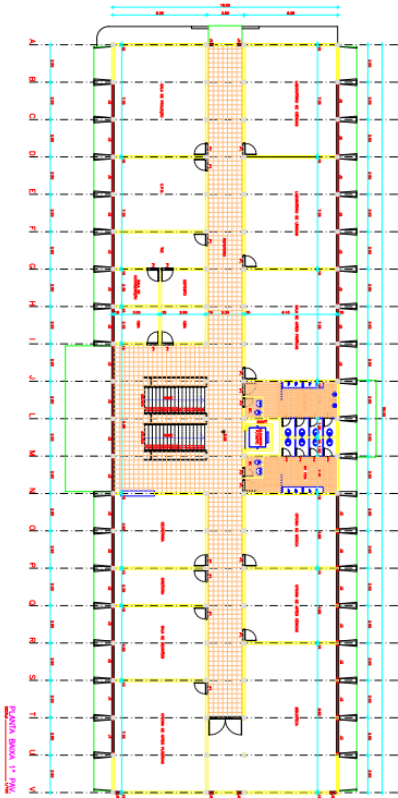
7.5. Essa descrição da solução como um todo visa atender aos requisitos do inciso IV, art. 7º da IN n.º 40/2020, fornecendo uma visão abrangente da proposta de contratação de serviços de engenharia para a execução de serviços de demolição de estrutura e remoção de entulhos referente a alvenarias e estrutura antigas no âmbito da nova Sede Administrativa I do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB, incluindo as exigências relacionadas à manutenção e assistência técnica, quando aplicáveis.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. A estimativa da quantidade de serviços a serem contratados foi aferida a partir da identificação das atuais necessidades prementes para a execução de serviços de demolição de estrutura e remoção de entulhos referente a alvenarias e estrutura antigas no âmbito da nova Sede Administrativa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB, de acordo com as contribuições dos setores que compõem a estrutura organizacional, além das especificidades da Administração, baseando-se ainda na medição das áreas existentes onde serão realizados os serviços, considerando também os recursos orçamentários-financeiros disponíveis.

8.2. Os itens e quantitativos de cada um dos projetos foi estimado de forma a atender ao escopo da presente contratação, considerando a área total a ser construída que importa em:

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:	CONSTRUÇÃO CIVIL

<div data-bbox="210 680 481 748">IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA</div>	<div data-bbox="539 174 1374 1016"><p>Parte do terreno que permanecerá com o Governo do Estado</p></div> <div data-bbox="762 1077 1161 1872"><p>Planta Baixa 1º And.</p></div>
<div data-bbox="264 1982 434 2016">ENDEREÇO:</div>	<div data-bbox="533 1928 938 2067">Avenida Hilton Souto Maior, S/N Jardim Cidade Universitária João Pessoa - PB CEP: 58.073-212</div>

ÁREA DE CONSTRUÇÃO:	DEMOLIÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO SEM USO DE EXPLOSIVOS: 600 m³; TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS: 800 m³.
----------------------------	---

8.3. O detalhamento dos quantitativos consta dos projetos técnicos e relatórios da unidade técnica de engenharia, dos quais compulsão os autos do presente processo administrativo.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 210.532,87

9.1. Os serviços de engenharia, objeto do presente estudo, dar-se-ão pelo regime de empreitada por preço unitário, a partir da demanda formalmente identificada e de orçamento formalmente apresentado e aprovado pela Administração.

9.1. A estimativa de preços tem por marco normativo o Decreto n.º 7.983/2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências. Os documentos e memórias de cálculo para a estimativa de preços ou preços referenciais encontram-se em anexo ao presente estudo técnico preliminar.

9.2. Os custos unitários dos serviços necessários são obtidos a partir do somatório dos custos unitários dos insumos e dos serviços utilizando-se as tabelas oficiais de referência. Estes catálogos discriminam todas as parcelas integrantes dos serviços, incluindo insumos e composições auxiliares, permitindo o cômputo de maneira inequívoca das parcelas componentes referentes a materiais e à mão de obra.

9.3. O custo total dos serviços é obtido multiplicando-se os custos unitários pelo quantitativo em mesma unidade de medida, que deverá ser apurado in loco ou sobre plantas e demais elementos de projetos ou estimativas técnicas, sendo admissível a conversão de unidades de medida, desde que detalhado o processo de cálculo empregado. O preço final do serviço a ser contratado é o somatório dos custos totais dos serviços necessários, aplicando-se o BDI.

9.4. Os valores referenciais foram obtidos por meio da(s) planilha(s) orçamentária(s) elaborada(s) a partir das composições do Sistema Nacional de Preços da Caixa Econômica Federal - SINAPI, prioritariamente, pelo sistema de coleta de preços oficiais do Governo do Estado de Sergipe - ORSE, assim como pela Base de Dados SBC - Sergipe, respectivamente, correspondentes ao(s) mês(es) de abril e maio de 2023, bem como demais fontes oficiais de coleta de preços.

9.5. A metodologia aplicada a etapa de levantamento do custo estimado da contratação baseou-se na identificação, quantificação e valoração de todos os insumos que serão diretamente empregados na prestação dos serviços e,

posteriormente, na multiplicação dos valores desses custos por fatores específicos, que incorporam as despesas indiretas, os tributos e a remuneração da empresa, resultando no preço de execução dos serviços.

9.6. Ressalta-se que a produtividade dos profissionais, integrantes de uma determinada equipe de trabalho varia em função da capacitação e do conhecimento de cada indivíduo e da eficiente sinergia da equipe alocada. Os valores aqui considerados tratam-se de parâmetros médios estimados, baseados no escopo dos trabalhos que serão executados, produtos que serão entregues e nos prazos para execução.

9.7. O custo estimado da contratação é de **R\$ 210.532,87 (duzentos e dez mil, quinhentos e trinta e dois reais e oitenta e sete centavos)**.

9.8. Os custos de execução, acima apresentados, e constantes das planilha(s) orçamentária(s) anexas aos autos do presente processo, foram elaborados por equipe técnica devidamente capacitada, o qual resultou no orçamento completo da obra a ser executada, inclusive com valor final de referência da contratação, que comporá a documentação do Projeto Básico.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. Em regra, conforme § 1º, do art. 23, da Lei nº. 8.666/93, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

10.2. Todavia, o parcelamento da solução objeto do presente estudo, não se mostra recomendável, do ponto de vista da eficiência técnica, considerando que o gerenciamento da obra permanecerá sobre a gestão de um único contratado, resultando num maior nível de controle da execução dos serviços por parte da administração, concentrando a responsabilidade da obra e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica.

10.3. Para execução dos serviços objeto do presente instrumento não há viabilidade técnica na divisão dos serviços, que em sua grande maioria são interdependentes, visto que o atraso em uma etapa construtiva implica em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediários e da entrega da obra.

10.4. Entende-se também que não há viabilidade econômica, uma vez que a tendência é que o custo seja reduzido para obras maiores em função da diluição dos custos administrativos e lucro. A divisão gera perda de escala, não amplia a competitividade e não melhora o aproveitamento do mercado, pois os serviços são executados por empresas de mesmo ramo de atividade, além de indicar o fracionamento do objeto.

10.5. Neste caso, a contratação será única e indivisível, proporcionando melhor acompanhamento de problemas e soluções, mormente em termos de facilitar a verificação das suas causas e atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto licitado e, em termos econômicos favorece a redução dos preços sob a ótica da ampliação da competitividade.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Destaca-se que não se faz necessária a realização de contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido, nem há pretensão de realizar contratações futuras para que o objetivo desta contratação seja atingido, razão pela qual este item não será considerado no planejamento.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. A presente contratação coaduna-se com o Planejamento Estratégico Institucional, e está alinhada com os programas de âmbito federal e objetivos e metas estratégicas do IFPB, encontrando respaldo institucional conforme previsão no Plano de Desenvolvimento Institucional [O plano estratégico do IFPB está consubstanciado no Planejamento Estratégico Decenal – PLANEDE 2025.]

12.2. O Plano Estratégico Institucional - PLANEDE 2025, estabelece, entre outras, os seguintes objetivos, metas e desafios, conforme o quadro a seguir:

PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL - PLANEDE 2025		
TIPO	ITEM	DESCRIÇÃO
Objetivos Estratégicos	IO8 - Fornecer infraestrutura adequada para as atividades de ensino-pesquisa-extensão e gestão que assegurem padrões mínimos e a melhoria progressiva da estrutura de laboratórios, equipamentos, setores, salas de aula, bibliotecas e gabinetes docentes;	<p>Fornecimento de infraestrutura adequada para as atividades de:</p> <p>Ensino; Pesquisa; Extensão; e Gestão institucional.</p> <p>Considera-se, para os efeitos deste Objetivo Estratégico, a garantia de dotação orçamentária para projetos básicos já elaborados e apreciados pelo Conselho Diretor do Campus (no âmbito do Campus) e pelo Conselho de Planejamento, Administração e Finanças (no âmbito da</p>

		Reitoria), para ampliar ou reformar laboratórios, equipamentos, salas de aula, bibliotecas, gabinetes de trabalho do docente e criação e revitalização de espaços de convivência no IFPB para networking e educação prática.
Objetivos Estratégicos	S05 - Fortalecer a marca IFPB no Estado da Paraíba e na região Nordeste, assim como zelar pela imagem institucional integrada à sustentabilidade com a comunicação de fatos e informações relevantes a todas as partes interessadas, internas e externas	Fortalecimento da "marca IFPB" no Estado da Paraíba e na região Nordeste, zelando: i. pela imagem institucional integrada à Sustentabilidade; ii. pela comunicação interna e externa; iii. pela disseminação de informações e fatos relevantes a todas as partes interessadas; e, iv. pela integração dos canais institucionais de comunicação, contemplando as formas de mídia digital (online) e impressa (off-line).

12.3. A contratação encontra-se alinhada, ainda, à oportunidade da manutenção de fatores críticos de sucesso institucional, indicados a seguir:

TIPO	DESCRIÇÃO
Fatores Críticos de Sucesso	FCS13 Boas condições de trabalho com locais adequadamente iluminados e ventilados, móveis que ofereçam conforto mínimo necessário, ausência (sempre que possível) de barulho e outros perturbadores do gênero, máquinas e equipamentos modernos e em boas condições, material de uso de boa qualidade, sistemas informatizados de apoio administrativo, recursos de comunicação (conectividade: telefone, internet, videoconferência) e locomoção entre os Campi e prédios da Reitoria
Fatores Críticos de Sucesso	FCS45 Manutenção de uma imagem institucional favorável no Estado da Paraíba e na Região Nordeste, de modo a beneficiar-nos frente à opinião pública, governo e comunidade acadêmica.

12.4. Os serviços elencados têm sua importância técnica-operacional para o desenvolvimento hábil dos trabalhos desempenhados pelo Órgão, uma vez que estes foram definidos de forma a atender precisamente as necessidades identificadas, dotados de requisitos mínimos para a satisfação da expectativa da contratação, não sendo desarrazoados ou de luxo.

12.5. Por fim, ratifica-se que a presente demanda decorre de fato previsível, e encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual 2023, em conformidade com às disposições do art. 6º, da Decreto n.º 10.947, de 25 de janeiro de 2022, consignado no relatório extraído do sistema PGC.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. A execução dos serviços objeto do presente Estudo Técnico Preliminar trará benefícios diretos e indiretos para toda a comunidade, com melhorias significativas no desempenho das atividades meio e fim da instituição, assegurando ao público interno condições para a melhor execução das atividades administrativas no âmbito da Reitoria - IFPB.

13.2. Com a contratação dos serviços de demolição e remoção de entulhos referente a alvenarias e estrutura antigas no âmbito da nova Sede Administrativa, espera-se, ainda, alcançar os seguintes resultados:

- i. Aperfeiçoar a manutenção dos ambientes e serviços utilizados por usuários /cidadãos externos e internos de forma a melhorar a qualidade de produtos ou serviços oferecidos à sociedade;
- ii. Zelar pelo bem sob responsabilidade da administração pública de forma eficiente e econômica, de modo a manter o funcionamento dos serviços e equipamentos de forma ininterrupta;
- iii. Atender a comunidade, em especial os servidores; e
- iv. Proporcionar melhor qualidade de vida e a integração da comunidade;

13.4. Desta forma, a instituição poderá cumprir seu dever institucional, com eficiência e eficácia, oferecendo à sociedade um serviço de qualidade reconhecida, com o melhor aproveitamento possível dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive, observando-se as políticas de responsabilidade ambiental adotadas por este Órgão.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. Visando a correta execução do contrato, a Administração deverá executar minimamente as seguintes ações e ou providências:

- 14.1.1. Providenciar, após a contratação, a designação de servidores com perfil adequado para fiscalização de cada contrato especificando, claramente, as atribuições e responsabilidades de cada partícipe, de acordo com o estabelecido pela Lei n.º 8.666/93, realizando, se necessário, um curso de capacitação para deslindar as particularidades da contratação;
- 14.1.2. Acompanhar rigorosamente as ações previstas nos projetos apresentados para a realização das adequações e melhorias no objeto a ser contratado;
- 14.1.3. Garantir que os recursos orçamentários-financeiros necessários para a construção estejam disponíveis e adequadamente alocados no orçamento;

14.1.4. Garantir que todas as autorizações, licenças e aprovações necessárias para a construção da sede do Campus sejam obtidas junto aos órgãos competentes;

14.1.5. Planejar uma estratégia de comunicação para manter a comunidade acadêmica, os envolvidos no projeto e o público em geral informados sobre o andamento da obra e seus impactos;

14.1.6. Identificar os principais riscos associados à construção da sede e desenvolver planos de contingência para lidar com eventuais imprevistos;

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. Considerando o que dispõe o art. 7º, XI, da Lei n.º 12.305/2010, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, é imperativo que os bens e serviços envolvidos nesta contratação considerem critérios compatíveis com os padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

15.2. Todos os processos envolvidos na execução desse objeto sejam de extração, fabricação, utilização ou descarte de materiais e serviços devem estar revestidos de preocupação com a sustentabilidade ambiental e totalmente de acordo com as imposições normativas editadas pelos órgãos de proteção ao meio ambiente.

15.3. A construção civil desempenha um papel fundamental no desenvolvimento e crescimento social, viabilizando a modificação do meio natural para atender as necessidades humanas. Entretanto, é um dos setores produtivos que mais geram impactos ambientais devido as suas altas taxas de geração de resíduos associadas com a ineficiência e até mesmo ausência de gerenciamento por parte dos geradores.

15.4. Neste sentido, podemos destacar que a execução dos serviços objeto do presente instrumento pode causar diversos impactos ambientais, desde a fase de preparação do terreno até a conclusão das obras. Abaixo estão alguns possíveis impactos e medidas de tratamento ou mitigação para reduzir os riscos ambientais associados à execução desses serviços de engenharia:

i. Degradação do solo e erosão:

i.a. Medida de tratamento/mitigação: Implementação de práticas de manejo do solo, como a contenção de encostas, revegetação, controle de enxurradas e utilização de técnicas de drenagem adequadas para minimizar a erosão.

ii. Poluição do ar:

- ii.a. Medida de tratamento/mitigação: Utilização de equipamentos de construção com baixa emissão de poluentes, implementação de medidas de controle de poeira, como umidificação do solo e cobertura de materiais a granel, e adoção de tecnologias mais limpas quando disponíveis.
- iii. Poluição da água:
 - iii.a. Medida de tratamento/mitigação: Construção de sistemas de drenagem adequados, com o uso de bacias de contenção e filtros para evitar que resíduos sólidos e produtos químicos atinjam corpos d'água próximos.
- iv. Perda de habitats naturais:
 - iv.a. Medida de tratamento/mitigação: Antes do início das obras, realizar um estudo detalhado do meio ambiente para identificar áreas de maior valor ecológico e, se possível, evitar construir nessas áreas sensíveis. Caso seja inevitável, estabelecer medidas de compensação, como a criação de áreas verdes ou a restauração de habitats próximos.
- v. Geração de resíduos sólidos:
 - v.a. Medida de tratamento/mitigação: Desenvolver um plano de gerenciamento de resíduos que priorize a redução, reutilização e reciclagem de materiais, além de estabelecer a destinação adequada para os resíduos gerados durante a construção.
- vi. Consumo de recursos naturais:
 - vi.a. Medida de tratamento/mitigação: Utilização eficiente de água e energia durante a construção, com a adoção de tecnologias sustentáveis e práticas de economia de recursos.
- vii. Ruído e perturbação sonora:
 - vii.a. Medida de tratamento/mitigação: Adoção de medidas para controlar o ruído, como o uso de barreiras acústicas, agendamento de atividades ruidosas em horários adequados e uso de maquinário menos barulhento sempre que possível.
- viii. Segregação e disposição inadequada de resíduos químicos:
 - viii.a. Medida de tratamento/mitigação: Armazenamento, manuseio e disposição adequada de produtos químicos, seguindo as normas e regulamentos pertinentes.
- ix. Impactos na mobilidade e tráfego:
 - ix.a. Medida de tratamento/mitigação: Elaboração de um plano de mobilidade que minimize os congestionamentos e perturbações no trânsito durante a execução das obras, além de incentivar o uso de transporte sustentável pelos trabalhadores.

15.5. É fundamental que todas essas medidas sejam integradas ao projeto desde a sua concepção e que haja um acompanhamento contínuo durante a execução das obras para garantir a efetividade das ações de tratamento ou mitigação dos impactos ambientais. O envolvimento de especialistas, consultorias ambientais e o cumprimento das normas e legislações ambientais locais são essenciais para garantir que os serviços sejam realizados de forma sustentável e responsável com o meio ambiente.

15.6. É fundamental que Instituição adote uma abordagem proativa para mitigar os impactos ambientais, alinhando-se com princípios de sustentabilidade e contribuindo para a preservação do meio ambiente.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1. Diante de toda a análise desenvolvida no presente instrumento, a contratação mostra-se em termos de disponibilidade de mercado, **VIÁVEL** consoante o artigo 7º, inciso XIII, da IN SEGES/ME n.º 40, de 22 de maio de 2020, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.

16.2. A contratação dos serviços objeto do presente planejamento não se enquadra nos pressupostos para a decretação de sigilo, nos termos da Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria n.º 95/2023 - PRAF/REITORIA/IFPB, de 9 de agosto de 2023.

VINICIUS CABRAL DE MELO FILHO

Membro da Equipe de Planejamento

RENAN DANTAS DA NOBREGA

Membro da Equipe de Planejamento